Duplicata

# ABC DA AMAZÔNIA

1ª Parte

*Textos de*
*HENRIQUE MIRANDA*

BIBLIOTECA PARTICULAR YPIRANGA MONTEIRO

1482
Cmp

Rio — 1985

Arm
1487

SGC-39592
-3468-

**CNDDA**

Sede: Av. 13 de Maio, 13, conj. 1201/2
Rio de Janeiro, RJ — CEP 20031
Diariamente: das 15 às 18 horas, atendimento na ABI — Rua Araújo Porto Alegre, 71 — 10º andar — Fone: 262-9822, Ramais 9 ou 15.

***Local de reuniões:*** Às quartas-feiras, às 18 horas, na sede da AEARJ (Associação dos Engenheiros Agrônomos do Rio de Janeiro) — Rua México, 31 — Bloco D, sala 1403 — Tel. 240-2726.

## CAMPANHA NACIONAL DE DEFESA E PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

## I

## PRINCÍPIOS GERAIS ADOTADOS PELA CNDDA

Textos de *Henrique Miranda* *

### I — Introdução

Em conseqüência, basicamente, da adoção, há duas décadas, do desmoralizado "modelo econômico exportador", privilegiador de minorias internas e de transnacionais, é grave e sombrio o quadro geral da realidade na Região Amazônica. A Amazônia está em perigo! Sua riqueza mineral, a de solos e a madeireira vêm sendo dilapidadas, sem nenhuma preocupação com o equilíbrio ecológico, pelos grandes grupos econômicos estrangeiros e nacionais, a expensas dos interesses da grande maioria da população. Trata-se, é evidente, de resultados negativos decorrentes, sobretudo, da política antinacional e antipovo adotada pelo regime implantado em 1964, situação a exigir, urgentemente, projetos, programas e planos de acordo com os interesses da Região e do País.

Façamos uma citação apenas exemplificativa de aspectos desse quadro: o carreamento de recursos naturais para o Exterior, em

---

Texto proposto, em abril de 1979, pelo Prof. Henrique Miranda; aprovado pelo Departamento de Estudos e pela Diretoria da CNDDA; publicado no Suplemento "Amazônia Urgente", da revista "A Amazônia Brasileira em Foco", de julho de 1979, como Resolução da "2ª Reunião Preparatória para um Congresso Nacional", realizada em 19 e 20 de maio de 1979, na ABI, Rio de Janeiro, firmada pela CNDDA (Rio), MDA (São Paulo), CDA (Bahia) e CDA (Distrito Federal); reproduzido no nº 13 de "Amazônia Brasileira em Foco", de 1979/80; atualizado em 1985, para esta edição de "ABC", 1ª Parte.

* *Professor, 1º Vice-Presidente da CNDDA; Jornalista; Diretor da ABI.*

condições antieconômicas para o País (como o saque de manganês, do Amapá, e de madeiras-de-lei); o depredatório desmatamento, que nos priva de recursos vegetais e prejudica o solo e, em geral, a ecologia da área, problema este, aliás, de incalculável gravidade, não só para a Região e todo o Brasil, como em relação à própria Humanidade, tal a importância dos ecossistemas característicos da faixa tropical úmida, extremamente frágeis e vulneráveis. Ainda: a incentivada instalação de grandes empresas multinacionais, em vários e essenciais ramos de atividade, inclusive na Zona Franca de Manaus; a venda irregular de terras a estrangeiros, durante decênios; o fracasso repetido de improvisados "planos" de colonização; a invasão de terras de posseiros, com a sua violenta expulsão e a formação de superlatifúndios; a ilusão demagógica dos "objetivos" da Zona Franca, fator de desnacionalização, desordem demográfica e favelização; a inadmissível concessão territorial (em 1977) autodenominada Projeto Jari, repudiado pelo Povo brasileiro, alienação real de grande extensão de terras no Pará e no Amapá, num empreendimento inegavelmente neocolonialista, e que se "nacionalizou" através da formação de um grupo integrado pelos mais notórios testas-de-ferro do capital estrangeiro. Relembremos, igualmente, toda a tragédia dos indígenas sobreviventes e as ínfimas condições de vida dos amazônidas em geral. Hoje, fazer-se uma reavaliação geral e aprofundada do quadro amazônico, e propor alternativas para a Região, é tarefa prioritária, neste início da Nova República.

Esta nossa campanha em defesa da Amazônia se insere no conjunto de todas as lutas que o povo brasileiro tem sabido sustentar.

Entretanto, na pugna histórica, longa e árdua, que o povo brasileiro, em geral, e especialmente os amazônidas, têm mantido na preservação de nosso Norte, hoje incluído na denominada Amazônia Legal, múltiplos e conhecidos são os episódios que decidiram, em dados momentos, da continuação daquela área como parte unida à Pátria comum.

Atendo-nos, tão só, aos tempos mais recentes, devemos referir-nos, como exemplos de tais fatos, ao insidioso Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, nos anos 40, ao não menos lesivo Centro do Trópico Úmido e, ainda, ao criminoso Plano dos Gran-

des Lagos, elaborado pelo Instituto Hudson, sob contrato direto do Departamento de Estado norte-americano. Nas três oportunidades, as referidas e agudas ameaças aos nossos magnos interesses foram derrotadas pela vigilância patriótica, fundamentalmente através das manifestações da opiniãc pública, sob a orientação de entidades, notadamente de frente única, como o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, de 1948 a 1954, a União Nacional de Estudantes, o Clube Militar, até 1951, o movimento sindical, a Liga de Emancipação Nacional, de 1953 a 1956, e a Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, esta última desde 1967, data de sua fundação, no Rio de Janeiro.

## II — Características

Como resultado da experiência adquirida, em dezoito anos de vida, a CNDDA julga que as ***características básicas*** da atual campanha devem ser assim definidas:

1 — é um movimento ***nacional e democrático***, que advoga uma orientação da política econômica e social em atendimento às necessidades de nosso povo, o qual deverá deliberar soberanamente sobre o seu destino;

2 — é essencialmente ***político*** e rigorosamente ***suprapartidário***, de ampla ***frente única***, sem discriminação, devendo aceitar e buscar o concurso de todos, sem distinções, que lhe apóiem os objetivos estatutários, aqui explicitados.

3 — é indispensável a ampliação e sistematização de sua organização, sem prejuízo da flexibilidade, para abarcar as mais amplas ***forças sociais e políticas***, dando-lhes condições de derrotar os planos e anular os atos daqueles que se colocam contra os supremos ideais de ***soberania, emancipação econômica e progresso*** em benefício da maioria; daqueles que, na Amazônia, seguem uma orientação contrária aos interesses nacionais e populares;

4 — a defesa da Amazônia está categoricamente vinculada à mais vigorosa luta pelas ***liberdades democráticas***, pelas quais urge pugnar, e de forma permanente, com base no êxito da abertura po-

lítica, a partir de 1979, com a anistia, e a vitória sobre o regime ditatorial, em 15 de janeiro de 1985, com a eleição de Tancredo Neves.

**III — Princípios**

Para combater eficazmente tão revoltante e vergonhosa situação, acima apenas esboçada, impõe-se a convergência de todas as iniciativas, no País, em defesa da Amazônia, numa vibrante e unificada campanha.

Com este pensamento, aprovam-se os seguintes ***princípios e objetivos gerais:***

1 — mobilização ampla, por meio de ***Divulgação e Propaganda*** intensivas, de modo a conscientizar o maior número de brasileiros a respeito dos atentados contra a soberania nacional e os interesses do nosso povo, que vêm ocorrendo na Amazônia;

2 — essa mobilização popular deverá ser feita através das mais variadas formas: reuniões, palestras, conferências, mesas-redondas, cursos, publicações, concentrações, passeatas etc., num crescendo que a realidade irá indicando;

3 — a fim de fundamentarem cientificamente as suas atividades, sem descabido academicismo ou preocupações e concessões elitistas, é necessário realizar e aprofundar ***Estudos***, tanto teóricos como práticos, da problemática da Amazônia, a exemplo dos cursos "Amazônia, hoje", efetuados pela CNDDA; do Simpósio Internacional, no Rio de Janeiro, em 1981; da Semana da Amazônia, na Câmara Municipal, em 1984. Tais estudos têm a finalidade de elaborar ***um corpo de doutrinas e opções a opor à nefasta política até hoje vigente na Região*** e, a curto prazo, ou de imediato, conforme a conjuntura, apresentar teses sobre as questões mais urgentes;

4 — simultaneamente, no processo exposto, será indispensável efetivar a ***Organização***, de todos os interessados e participantes, em Comissões de diversos tipos (Profissionais, Estudantis, de Bairro, Municipais, Estaduais etc.).

Coerente com o rumo essencial de sua linha programática, a

CNDDA conclama todos os brasileiros, entidades e campanhas patrióticas ou reivindicatórias, para congregarem esforços na defesa da Amazônia, numa participação efetiva e eficaz, a fim de levar adiante a luta geral do Povo brasileiro, que é una e indivisível.

**Conscientizar — Mobilizar — Organizar**
**Lutar pela Amazônia é lutar pelo Brasil!**

## II
## TEMÁRIO

### A Amazônia Brasileira

*Temário* para estudos, divulgação e propaganda (em reuniões, palestras, conferências, mesas-redondas, publicações, atos públicos etc.):

1. A Amazônia Legal — revisão de sua área.
2. Os incentivos fiscais na Amazônia: critérios, situação atual, reavaliação.
3. A Zona Franca de Manaus — reavaliação.
4. A venda de terras a estrangeiros (atualmente autorizada até 25%, no ***mesmo município***, e 40% dessa área, ou seja, 10%, a estrangeiros da mesma nacionalidade); revisão das vendas realizadas.
5. Os recursos naturais da Amazônia e a economia nacional: a exportação (o que é exportado e por quem).
6. O problema ecológico e a degradação ambiental.
7. A economia da Amazônia e os capitais nacionais e estrangeiros.
8. Atividades extrativas.
9. Atividades agrícolas.
10. Atividades pecuárias.
11. Atividades agropecuárias.
12. Atividades industriais.
13. Atividades comerciais: importação — de bens de consumo, de bens de produção; exportação; contrabando.

14. Atividades bancárias.
15. Atividades científicas: ensino[1].
16. Transportes: fluvial, rodoviário, aéreo e ferroviário.
17. Comunicações: telefonia, rádio e televisão.
18. Energia (potencial, produzida): hidrelétrica, termelétrica, carvão, petróleo e gás natural.
19. Recursos vegetais: madeiras-de-lei, essências, flora medicinal etc.
20. Recursos animais: caça, pesca.
21. Recursos minerais: relação, cubagem e mineração[2].
22. Índios: censo; tribos em extinção; localização das tribos, demarcação das terras; FUNAI — CIMI; missões; conflitos; a "emancipação"; solidariedade.
23. Saneamento; saúde pública.
24. POLAMAZÔNIA e POLONOROESTE: análise crítica.
25. Reforma Agrária; INCRA; Ministérios: Saúde, Educação, Comunicações; Transporte; Agricultura; Reforma e Desenvolvimento Agrário.
26. O Pacto Amazônico — Tratados e Convenções Regionais em geral; análise crítica; perspectivas.

**Pontos Prioritários**

2. Os incentivos Fiscais na Amazônia.
6. O problema ecológico e a degradação ambiental.
7. A economia da Amazônia e os capitais nacionais e estrangeiros.
19. Recursos vegetais — desmatamento.
21. Recursos Minerais.
25. Reforma Agrária.
26. Pacto Amazônico.

1888

***Observações:***

***1) Sobre os itens 8 a 15: atualidade, planejamento, aspectos econômicos, sociais e políticos.***

***2) Sobre os itens 19 a 21: espécies em extinção, na flora, na fauna; atividades depredatórias; desmatamento; esgotamento do manganês; bauxita; Carajás.***

## AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - Lei nº 9.610/98). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
**Estado de Cultura**

CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA